

**13 - 03 | 2026****IMPACTO DA INSUSTENTABILIDADE DA DÍVIDA NA ALOCAÇÃO DO ORÇAMENTO NOS SECTORES SOCIAIS EM MOÇAMBIQUE (2006–2026)****Impact of debt unsustainability on budget allocation in social sectors in Mozambique (2006–2026)****Impacto de la insostenibilidad de la deuda en la asignación del presupuesto a sectores sociales en Mozambique (2006–2026)****Pércio Valente Nhaondole¹**¹Mestrando, Universidade Pedagógica, Moçambique, <https://orcid.org/0009-0007-2879-2301>, percionhaondole@gmail.com.**Autor para correspondência:** percionhaondole@gmail.com*Data de recepção:* 28-02-2026*Data de aceitação:* 01-03-2026*Data da Publicação:* 13-03-2026**Como citar este artigo:** Nhaondole, P. V. (2026). *Impacto da insustentabilidade da dívida na alocação do orçamento nos sectores sociais em Moçambique (2006–2026)*. ALBA – ISFIC Research and Science Journal, 1(11), pp. 274-285. <https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/15>.**RESUMO**

O artigo examina criticamente a influência do crescimento do endividamento público na distribuição dos recursos orçamentais destinados aos sectores sociais em Moçambique no período de 2006 a 2026, articulando a análise das finanças públicas com os imperativos do desenvolvimento. Recorre-se a uma abordagem metodológica mista, que integra a revisão de documentos estratégicos e normativos com a análise de séries temporais construídas com base em dados oficiais, de modo a avaliar como a expansão da dívida e o aumento dos encargos associados ao seu serviço restringem a margem fiscal do Estado. Os resultados indicam a ocorrência de uma reconfiguração estrutural da despesa pública a partir de 2015, marcada pela crescente rigidez orçamentária e pela absorção de recursos por obrigações financeiras, apesar da manutenção de níveis relativamente estáveis de despesa total em relação ao Produto Interno Bruto. Nesse contexto, os sectores sociais tornam-se particularmente vulneráveis aos ajustamentos

fiscais, registando reduções relativas e impactos desiguais. Agricultura e Água evidenciam fragilidade persistente e maior exposição às restrições orçamentais, ao passo que Educação e Saúde mantêm maior continuidade institucional, embora não tenham recuperado a participação anterior no orçamento. Conclui-se que a deterioração da sustentabilidade da dívida opera como um factor estrutural de deslocação de recursos, enfraquece a função redistributiva do Estado e compromete investimentos essenciais ao desenvolvimento humano e à redução das desigualdades regionais, sublinhando a necessidade de políticas que compatibilizem a gestão prudente da dívida com a salvaguarda do financiamento social.

Palavras-chave: dívida pública; despesa social; espaço fiscal; sustentabilidade; Moçambique.**ABSTRACT**

The article critically examines the influence of growing public debt on the distribution of

budgetary resources allocated to social sectors in Mozambique between 2006 and 2026, linking the analysis of public finances with development imperatives. A mixed-methods approach is used, combining a review of strategic and regulatory documents with an analysis of time series constructed from official data to assess how the expansion of debt and the increase in the costs associated with its servicing restrict the state's fiscal margin. The results indicate a structural reconfiguration of public expenditure since 2015, marked by increasing budgetary rigidity and the absorption of resources by financial obligations, despite relatively stable total expenditure relative to gross domestic product. In this context, social sectors become particularly vulnerable to fiscal adjustments, experiencing relative reductions and uneven impacts. Agriculture and Water show persistent fragility and greater exposure to budgetary constraints, while Education and Health maintain greater institutional continuity, though they have not recovered their previous share of the budget. It can be concluded that the deterioration of debt sustainability acts as a structural factor in the displacement of resources, weakening the redistributive function of the State and compromising investments that are essential for human development and the reduction of regional inequalities, highlighting the need for policies that reconcile prudent debt management with the safeguarding of social financing.

Keywords: public debt; social expenditure; fiscal space; sustainability; Mozambique.

RESUMEN

El artículo examina críticamente la influencia del crecimiento de la deuda pública en la distribución de los recursos presupuestarios destinados a los sectores sociales en Mozambique durante el período comprendido entre 2006 y 2026, articulando el análisis de las finanzas públicas con los imperativos del desarrollo. Se recurre a un enfoque metodológico mixto, que integra la revisión de documentos estratégicos y normativos con el análisis de series temporales construidas a partir de datos oficiales, con el fin de evaluar

cómo la expansión de la deuda y el aumento de los gastos asociados a su servicio restringen el margen fiscal del Estado. Los resultados indican que, a partir de 2015, se produjo una reconfiguración estructural del gasto público, caracterizada por una creciente rigidez presupuestaria y por la absorción de recursos en obligaciones financieras, a pesar del mantenimiento de niveles relativamente estables de gasto total en relación con el producto interior bruto. En este contexto, los sectores sociales se vuelven particularmente vulnerables a los ajustes fiscales, registrando reducciones relativas e impactos desiguales. La agricultura y el agua muestran una fragilidad persistente y una mayor exposición a las restricciones presupuestarias, mientras que la educación y la salud mantienen una mayor continuidad institucional, aunque no han recuperado su participación previa en el presupuesto. Se concluye que el deterioro de la sostenibilidad de la deuda actúa como un factor estructural de desplazamiento de recursos que debilita la función redistributiva del Estado y compromete las inversiones esenciales para el desarrollo humano y la reducción de las desigualdades regionales, lo que subraya la necesidad de políticas que concilien la gestión prudente de la deuda con la salvaguarda de la financiación social.

Palabras clave: deuda pública; gasto social; espacio fiscal; sostenibilidad; Mozambique.

Contribuição de autoria (por autor):

O autor contribuiu na concepção da ideia, pesquisa e revisão de literatura, preparação da Conta Geral do Estado de 2007-2026, Plano Económico Social 2025, Proposta do Plano Económico Social 2026, aplicação das informações resultantes dos instrumentos aplicados, compilação da informação resultante dos instrumentos, análise estatística, preparação de gráficos, preparação da base de dados, redacção da primeira versão, revisão, correcção do artigo, coordenação da autoria, tradução de termos ou informações obtidas, revisão da aplicação do padrão bibliográfico aplicado.

INTRODUÇÃO

A evolução da dívida pública tem sido um dos elementos mais determinantes na formulação das políticas macroeconómicas em países de baixo e médio rendimento. Na literatura económica, diversos autores sublinham que a acumulação acelerada de dívida tende a reduzir a flexibilidade fiscal necessária para financiar bens públicos essenciais (Krugman, 1988; Reinhart & Rogoff, 2010; Panizza & Presbitero, 2014). Nos últimos anos, Moçambique tem enfrentado um cenário particularmente desafiador, um aumento significativo do endividamento público, instabilidade macroeconómica persistente e limitações estruturais na capacidade de mobilização de receitas.

O impacto destes factores na composição da despesa pública tem sido amplamente discutido na literatura. Fosu (2010) identifica que, nas economias africanas, a pressão do serviço da dívida provoca mudanças na estrutura da despesa que prejudicam sectores sociais. Beste e Pfeiffer (2016) acrescentam que programas de ajustamento estrutural e orientações de austeridade podem reforçar essa tendência, limitando os investimentos voltados ao desenvolvimento humano.

Em Moçambique, o agravamento da dívida após 2015, impulsionado pela revelação das dívidas ocultas, desencadeou uma crise fiscal de impacto profundo (IESE, 2018). Desde então, verificou-se a deterioração gradual do rácio dívida/PIB, a estagnação das receitas públicas e o aumento da dependência do financiamento externo.

Neste contexto, este artigo centra-se em dois objectivos principais: I) identificar qual dos sectores sociais demonstra maior sensibilidade a ajustamentos orçamentais quando a dívida pública se aproxima de níveis insustentáveis; II) analisar se a compressão do orçamento social contribui para alargar as desigualdades regionais e socioeconómicas no acesso a serviços essenciais.

A pertinência deste estudo reside no facto de que o debate sobre a sustentabilidade da dívida geralmente se concentra em métricas macroeconómicas agregadas, negligenciando o impacto concreto sobre sectores sociais específicos e a distribuição de oportunidades entre diferentes grupos populacionais. Este trabalho procura contribuir para esse debate, oferecendo uma análise mais integrada entre indicadores fiscais e efeitos sociais.

MATERIAIS E MÉTODOS

A investigação adopta uma abordagem metodológica mista, articulando a análise documental com a análise empírica de séries temporais, com vista a examinar a relação entre a evolução da dívida pública e a alocação do Orçamento do Estado aos sectores sociais em Moçambique. Esta opção metodológica permite conjugar a leitura institucional e normativa das finanças públicas com a observação quantitativa das dinâmicas fiscais e orçamentais, reforçando a robustez analítica e a coerência entre o enquadramento teórico e a evidência empírica.

A delimitação do objecto de estudo, em termos temporais, sectoriais e analíticos, foi definida com base em critérios de consistência metodológica, de

disponibilidade de dados oficiais e de adequação aos objectivos da investigação.

2.1 Delimitação temporal e fontes de dados

O período de análise compreende os anos de 2006 a 2026, integrando dados históricos consolidados e projecções orçamentais oficialmente publicadas. Esta janela temporal foi seleccionada por permitir captar diferentes fases da trajectória fiscal do país, incluindo períodos de relativa estabilidade, momentos de ruptura associados ao agravamento do endividamento público e uma fase subsequente caracterizada por restrições orçamentais persistentes.

As principais fontes de dados incluem as Contas Gerais do Estado (CGE) referentes ao período de 2007 a 2024, bem como o Plano Económico e Social e Orçamento do Estado (PESOE) para 2025 e 2026. Complementarmente, recorreu-se ao Plano Quinquenal do Governo (PQG) 2025–2029 e à Estratégia Nacional de Desenvolvimento (ENDE) 2025–2044, enquanto documentos de enquadramento estratégico que permitem contextualizar as projecções orçamentais e as prioridades de política pública.

A utilização de um horizonte temporal alargado reforça a comparabilidade intertemporal dos indicadores e viabiliza a identificação de tendências estruturais na relação entre endividamento público e despesa social, evitando leituras baseadas em variações conjunturais isoladas.

2.2 Pesquisa Documental

A pesquisa documental incidiu sobre relatórios nacionais e internacionais relativos à dívida pública, à sustentabilidade fiscal, ao espaço orçamental e às políticas sociais.

Foram analisados documentos produzidos por instituições nacionais, bem como por organismos multilaterais, com destaque para o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e a União Africana.

No âmbito desta análise, foram considerados compromissos internacionais relevantes assumidos por Moçambique, utilizados como referenciais normativos para avaliar a orientação da despesa social, nomeadamente:

- Compromisso de Dakar, que recomenda a afectação de 20% do Orçamento do Estado ao sector da educação;
- Compromisso de Abuja, que estabelece a alocação de 15% do Orçamento do Estado ao sector da saúde e;
- Declaração de Maputo, que propõe a aplicação de 10% do Orçamento do Estado no sector agrícola.

Estes referenciais não são tratados como metas de cumprimento automático, mas como parâmetros analíticos que permitem contextualizar a evolução da alocação orçamental nos sectores sociais seleccionados.

2.3 Delimitação Sectorial

Do ponto de vista sectorial, o estudo concentra-se nos sectores da educação, saúde, agricultura e água, enquanto componentes centrais da despesa social e áreas directamente ligadas à provisão de serviços essenciais e ao desenvolvimento humano. A selecção destes sectores decorre da sua relevância estratégica, da sua recorrência nos instrumentos de política pública e da disponibilidade de informação orçamental consistente ao longo do período analisado.

Outros sectores da despesa pública não são incluídos na análise por apresentarem lógicas

Nhaondole, P. V. (2026). *Impacto da insustentabilidade da dívida na alocação do orçamento nos sectores sociais em Moçambique (2006–2026)*

de alocação distintas e por introduzirem factores institucionais e políticos que extrapolariam o escopo metodológico definido.

2.4 Construção das Séries Numéricas

Com base nas tendências observadas nas CGE, no PESOE e em relatórios nacionais e internacionais, foram construídas séries numéricas que abrangem o período de 2006 a 2026. Estas séries permitem analisar a evolução conjunta dos principais agregados fiscais e da despesa social, assegurando coerência entre os dados históricos e as projecções orçamentais. As variáveis consideradas incluem: Rácio Dívida Pública/PIB; Despesa Pública Total (% do PIB); Despesa Social (% da Despesa Total); Serviço da Dívida (% das Receitas do Estado); Alocação orçamental nos sectores sociais, expressa como percentagem da Despesa Total e do PIB.

A construção destas séries possibilita a análise comparativa da evolução relativa das variáveis ao longo do tempo e a observação do seu comportamento em contextos de maior restrição fiscal, sem pressupor relações causais prévias.

2.5 Indicadores utilizados

2.5.1 Rácio Dívida Pública/PIB

O Rácio Dívida Pública/PIB é utilizado como indicador central da trajectória do endividamento público, permitindo avaliar o peso da dívida em relação à capacidade produtiva da economia.

$$\text{Dívida Pública/PIB} = \frac{\text{Dívida Pública Total}}{\text{PIB}} \times 100$$

2.5.2 Rácio Serviço da Dívida/Receitas do Estado

O Rácio Serviço da Dívida/Receitas do Estado mede a proporção das receitas públicas absorvida pelo pagamento de juros e amortizações do capital. Este indicador é particularmente relevante para analisar a pressão exercida pelo endividamento sobre o espaço fiscal disponível para outras despesas públicas.

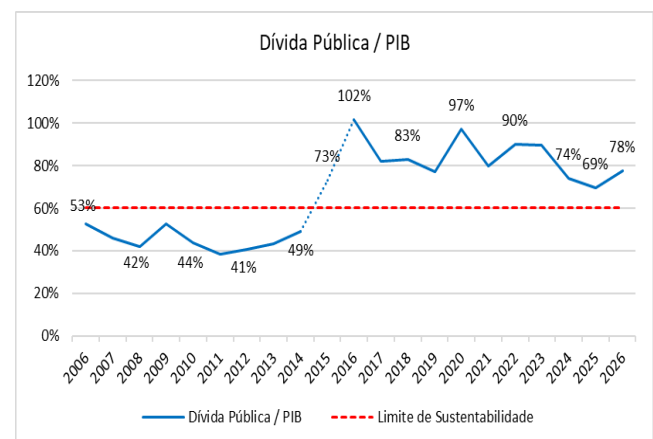
$$\text{Serviço da Dívida/Receitas do Estado} = \frac{\text{Juros} + \text{Amortização do Capital}}{\text{Receitas Total}} \times 100$$

A literatura especializada sugere que valores inferiores a 20% deste rácio são considerados compatíveis com a sustentabilidade fiscal em economias de baixo rendimento, constituindo um referencial analítico amplamente utilizado (Beddies et al., 2009).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

1. Rácio Dívida/PIB

Gráfico 1: Rácio Dívida/PIB em Moçambique (2006–2026)



Fonte de dados: CGE 2007-2024, PESOE 2025 e Proposta do PESOE 2026
Elaborado pelo autor

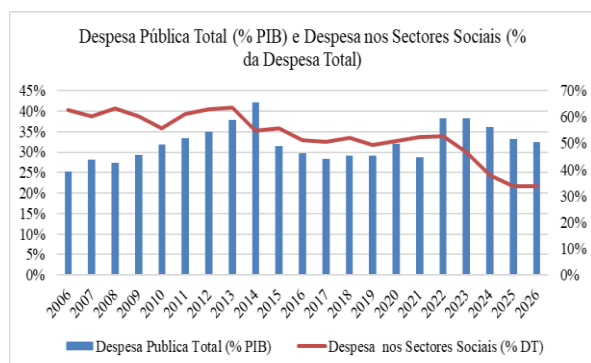
O gráfico apresenta a evolução do rácio da dívida pública em relação ao Produto Interno Bruto de Moçambique no período de 2006 a 2026. Observa-se que, entre 2006 e 2014, o indicador mantém uma trajectória relativamente estável, com variações moderadas. A partir de 2015, verifica-se um

aumento acentuado do rácio dívida/Produto Interno Bruto, que se mantém em níveis elevados nos anos subsequentes, ainda que com oscilações ao longo do período analisado.

Esta evolução sugere uma alteração estrutural na trajetória do endividamento público, particularmente a partir da segunda metade da década de 2010. O comportamento do indicador indica que o endividamento deixa de assumir um carácter predominantemente conjuntural, passando a integrar de forma mais permanente o quadro das finanças públicas, com implicações directas para a sustentabilidade fiscal de médio e longo prazos.

2. Despesa Total (% PIB) e Despesa Social (% da DT)

Gráfico 2: Despesa Total e Despesa Social (2006-2026)



Fonte de dados: CGE 2007-2024, PESOE 2025 e Proposta do PESOE 2026

Elaborado pelo autor

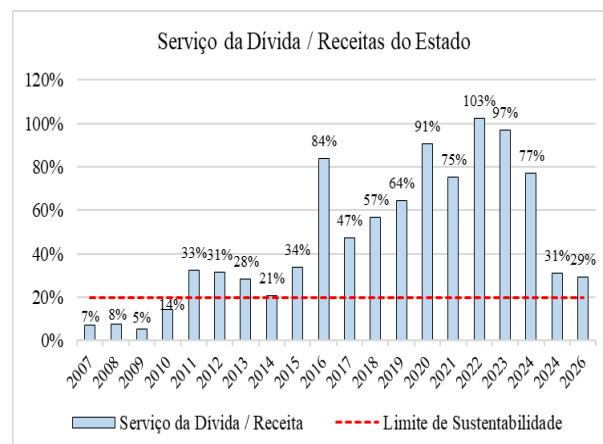
O gráfico apresenta a evolução da despesa pública total, como percentagem do Produto Interno Bruto, e da despesa social, como percentagem da despesa total do Estado em Moçambique, no período de 2006 a 2026. Observa-se que a despesa pública total mantém, ao longo do período analisado,

relativa estabilidade em termos de PIB, com variações moderadas, situadas, em média, entre 30% e 37%. Em contraste, a despesa social evidencia uma trajetória distinta: após oscilações suaves até 2014, regista-se um declínio contínuo a partir de 2015, tornando-se mais pronunciado nos anos posteriores a 2021.

Este padrão sugere uma dissociação crescente entre a evolução da despesa pública agregada e a alocação de recursos aos sectores sociais. A redução progressiva da despesa social em termos relativos, num contexto em que a despesa total não apresenta uma trajetória descendente, indica que os sectores sociais passam a funcionar como principal variável de ajustamento orçamental em períodos de maior pressão fiscal. Esta dinâmica é consistente com uma reorganização da estrutura orçamental, na qual o aumento de encargos de natureza rígida, com destaque para o serviço da dívida, limita o espaço fiscal disponível para o financiamento de áreas sociais prioritárias, como a saúde, a educação e outras funções essenciais ao desenvolvimento humano.

3. Serviço da Dívida (% Receitas do Estado)

Gráfico 3: Serviço da Dívida (2006-2026)



Nhaondole, P. V. (2026). *Impacto da insustentabilidade da dívida na alocação do orçamento nos sectores sociais em Moçambique (2006–2026)*

Fonte de dados: CGE 2007-2024, PESOE 2025 e Proposta do PESOE 2026

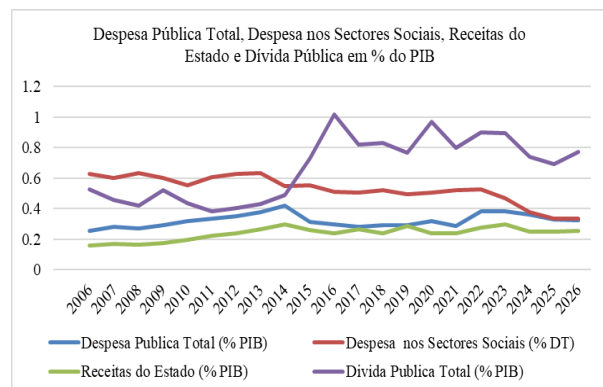
Elaborado pelo autor

O gráfico apresenta a evolução do rácio do serviço da dívida, em percentagem das receitas do Estado, no período de 2006 a 2026. Observa-se que, até 2014, este rácio mantém-se em níveis relativamente moderados. A partir de 2015, verifica-se um crescimento significativo do indicador, que passa a representar uma proporção cada vez maior das receitas públicas nos anos subsequentes.

Este padrão sugere um agravamento progressivo da pressão exercida pelo endividamento sobre o orçamento do Estado. O aumento persistente do serviço da dívida indica uma redução efectiva do espaço fiscal disponível para outras despesas públicas, contribuindo para um contexto de maior rigidez orçamental e limitando a capacidade de resposta do Estado a necessidades sociais e económicas.

4. Despesa pública total nos sectores sociais em % do PIB

Gráfico 3: Despesa Pública total nos sectores Sociais, Receitas do Estado e Dívida Pública em % do PIB (2006-2026)



Fonte de dados: CGE 2007-2024, PESOE 2025 e Proposta do PESOE 2026

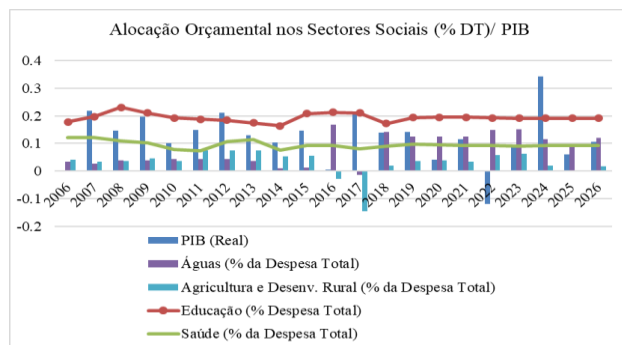
Elaborado pelo autor

O gráfico apresenta a evolução da despesa pública total nos sectores sociais, nomeadamente: educação, saúde, água e agricultura, em percentagem do Produto Interno Bruto, em articulação com as receitas do Estado e a dívida pública, no período de 2006 a 2026. Observa-se que, até cerca de 2014, a despesa social, em proporção ao PIB, mantém uma trajectória relativamente estável. A partir de 2015, verifica-se uma inflexão descendente, que se intensifica após 2017, resultando numa redução progressiva do rácio da despesa social face ao Produto Interno Bruto nos anos subsequentes.

Este comportamento sugere que, num contexto de agravamento do endividamento público e de maior pressão sobre as finanças do Estado, a despesa social perde progressivamente espaço relativo na economia. A redução persistente da despesa social em percentagem do PIB indica que os sectores sociais tendem a assumir um papel central nos ajustamentos orçamentais em períodos de restrição fiscal, mesmo quando as receitas do Estado apresentam sinais de recuperação. Esta dinâmica aponta para uma compressão estrutural do investimento social, reflectindo uma diminuição da prioridade orçamental atribuída a estes sectores num cenário marcado por constrangimentos crescentes à sustentabilidade fiscal.

5. Alocação Orçamental por Sector Social

Gráfico 4: Alocação Orçamental (% OE)



Fonte de dados: CGE 2007-2024, PESOE 2025 e Proposta do PESOE 2026

Elaborado pelo autor

O gráfico apresenta a evolução da alocação orçamental aos principais sectores sociais, nomeadamente educação, saúde, agricultura e água, expressa em percentagem do Orçamento do Estado, no período de 2006 a 2026. Observa-se que a educação absorve, de forma consistente, a maior parcela da despesa social ao longo de todo o período analisado, embora com oscilações. A saúde e a agricultura exibem trajectórias mais irregulares, com variações e reduções visíveis em determinados anos. O sector da água mantém, ao longo de todo o período, uma participação relativamente reduzida no orçamento, sem variações significativas que alterem o seu peso estrutural.

Este padrão sugere que, apesar das especificidades de cada sector, a alocação

6. Síntese analítica

Sector	Grau de Penalização Orçamental	Evidência Empírica Observada
Agricultura	Muito elevado (mais penalizado)	Dotações persistentemente baixas, maioritariamente entre 2% e 6% da despesa total; Queda acentuada e contínua após 2015, sem recuperação subsequente; Estabilização em níveis claramente inferiores aos observados no início da série; Elevada volatilidade, indicando forte sensibilidade às contracções fiscais; Sector utilizado de forma recorrente como variável de ajustamento orçamental.
Água	Elevado	Níveis de financiamento estruturalmente baixos, em geral entre 2% e 8%; Menor volatilidade relativa, mas sem expansão significativa ao longo do tempo; Estabilidade associada à manutenção prolongada de dotações insuficientes;

orçamental aos sectores sociais tem sido progressivamente condicionada por constrangimentos fiscais. A manutenção da educação como principal destino dos recursos sociais, sem crescimento proporcional ao esforço orçamental global, indica uma tendência de estagnação relativa. A maior volatilidade observada na saúde e na agricultura reflecte a elevada sensibilidade destes sectores a contextos de restrição fiscal, tornando-os mais expostos a ajustamentos discricionários. Por sua vez, os níveis persistentemente baixos de financiamento do sector da água apontam para um subfinanciamento estrutural. Em conjunto, a evolução sectorial evidencia que, após o agravamento fiscal da segunda metade da década de 2010, os sectores sociais não recuperam o espaço orçamental anteriormente observado, confirmando uma compressão persistente do investimento social num contexto de crescente insustentabilidade da dívida pública.

Sector	Grau de Penalização Orçamental	Evidência Empírica Observada
		Evidência de subfinanciamento estrutural.
Saúde	Moderado	Participação orçamental geralmente situada entre 10% e 13% da despesa total; Oscilações ao longo da série, com ligeira tendência de redução após 2017; Maior rigidez institucional face a outros sectores sociais; Menor penalização relativa quando comparada com a agricultura e a água.
Educação	Baixo (menos penalizado)	Maior proporção dentro da despesa social ao longo de todo o período; Valores relativamente estáveis, situados entre 18% e 22%; Oscilações moderadas, sem quebras abruptas; Estabilidade associada a compromissos institucionais e prioridade política, embora sem crescimento real do esforço orçamental.

A evolução das séries mostra que a Agricultura e o Desenvolvimento Rural são, de todos os sectores sociais, os que mais sofrem quando a dívida pública se torna insustentável. À medida que o peso da dívida aumenta, a dotação orçamental destinada a este sector recua de forma quase contínua, revelando uma vulnerabilidade que não se observa com a mesma intensidade noutros domínios sociais.

Outrossim, o comportamento da série sugere que, sempre que o Estado é pressionado a ajustar as contas, a agricultura é um dos primeiros sectores a perder espaço, funcionando como amortecedor das restrições fiscais. Esta tendência não parece ser apenas circunstancial, ao contrário, aponta para uma mudança estrutural na forma como o orçamento acomoda choques, deixando a agricultura cada vez mais dependente das flutuações macroeconómicas e com dificuldade em recuperar o nível de investimento anterior.

Em termos práticos, isto significa que, num contexto de dívida elevada, a capacidade de Moçambique de apoiar a produção agrícola, fortalecer os meios de subsistência rurais e

promover o desenvolvimento territorial torna-se limitada, com implicações diretas para a segurança alimentar e para as desigualdades regionais.

Os resultados mostram que o crescimento acelerado da dívida pública tem impacto profundo no espaço fiscal destinado às políticas sociais. Este efeito é consistente com evidências internacionais que associam dívida elevada a compressão social (Ajili & Ayoub, 2020; Bermeo & Corral, 2024).

Embora a despesa total aumente, as dotações sociais diminuem em termos relativos. Isso sugere que o crescimento da despesa pública é absorvido por amortizações, juros e despesas rígidas, e que os sectores sociais são tratados como “variáveis de ajustamento”.

Ao atingir 47% das receitas, o serviço da dívida torna-se um factor determinante da política fiscal. Segundo Shabalala et al. (2025), países de baixo rendimento ficam “presos num círculo vicioso em que o pagamento da dívida limita o desenvolvimento”.

A insustentabilidade da dívida tem consequências sociais e regionais, nomeadamente: a redução das despesas

sociais que acentua assimetrias entre zonas urbanas e rurais, fragiliza serviços essenciais em províncias remotas e agrava desigualdades no acesso à saúde e à educação.

CONCLUSÃO

O presente estudo analisou a relação entre a trajetória da dívida pública e a alocação do Orçamento do Estado aos sectores sociais em Moçambique no período de 2006 a 2026, com base numa leitura integrada de indicadores fiscais e orçamentais. A evidência empírica indica que o agravamento do endividamento público, particularmente a partir da segunda metade da década de 2010, constituiu um elemento estruturante da política orçamental, condicionando persistentemente o espaço fiscal disponível.

A análise demonstrou que, apesar da relativa estabilidade da despesa pública total em percentagem do Produto Interno Bruto, a despesa social registou uma redução progressiva em termos relativos, confirmando que os sectores sociais passaram a desempenhar um papel central nos ajustamentos orçamentais em contextos de maior pressão fiscal. Este padrão revela uma dissociação entre a evolução da despesa agregada e a prioridade efectiva atribuída às funções sociais do Estado.

Adicionalmente, a desagregação sectorial da despesa social mostrou que os efeitos da restrição não se distribuí de forma homogénea. Enquanto educação e saúde apresentam maior estabilidade relativa, ainda que sem recuperação do espaço orçamental perdido, sectores como a agricultura e a água revelam maior volatilidade e níveis persistentemente reduzidos de financiamento, evidenciando elevada vulnerabilidade num

contexto de deterioração da sustentabilidade fiscal. Esta diferenciação sectorial tem implicações directas e relevantes para o desenvolvimento humano, a segurança alimentar, o acesso a serviços básicos e a coesão social.

De forma integrada, os resultados indicam que o aumento do rácio dívida pública/Produto Interno Bruto e, sobretudo, o crescimento do peso do serviço da dívida sobre as receitas do Estado constituem os principais canais por meio dos quais a insustentabilidade da dívida se materializa na compressão do investimento social. A rigidez associada aos encargos da dívida limita a capacidade do Estado de expandir, ou mesmo preservar, níveis adequados de financiamento social, reforçando um padrão de ajustamento que penaliza sectores essenciais ao desenvolvimento de longo prazo.

Do ponto de vista das políticas públicas, estes resultados reforçam a necessidade de estratégias que conciliem a gestão prudente da dívida com a protecção da despesa social, incluindo o reforço da mobilização de receitas internas, a melhoria da eficiência da despesa e a definição explícita de prioridades orçamentais orientadas para o desenvolvimento humano. Na ausência de tais medidas, persiste o risco de consolidação de um modelo orçamental em que os sectores sociais permanecem estruturalmente fragilizados face a futuros choques fiscais.

Por fim, o estudo abre espaço para investigações futuras que aprofundem esta análise, nomeadamente através da incorporação de desagregações territoriais, da avaliação da eficiência e qualidade da despesa social ou da análise dos efeitos do

endividamento sobre indicadores concretos de bem-estar. Estas extensões poderão contribuir para uma compreensão mais abrangente dos desafios associados à sustentabilidade da dívida pública no contexto moçambicano.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Ajili, H., & Ayoub, M. (2020). Public debt and social spending in developing economies. *Journal of Development Studies*, 56(4), 612–628.

Beddies, C. H., Le Manchec, M. H., & Barkbu, B. B. (2009). The debt sustainability framework for low-income countries. In *The Debt Sustainability Framework for Low-Income Countries*. International Monetary Fund.

Bermeo, S., & Corral, M. (2024). Debt, austerity, and social investment in Latin America. *Policy Studies Review*, 41(1), 55–78.

Beste, J., & Pfeiffer, J. (2016). Mozambique's debt and the IMF's influence on poverty, education, and health. *International Journal of Health Services*, 46(2), 366–381.

Boletim da República (2025). *Plano Económico Social e Orçamento do Estado 2025*, Imprensa Nacional. Maputo.
<https://www.mef.gov.mz/index.php/publicacoes/politicas/plano-economico-e-social-e-orcamento-do-estado-pesoe>.

CGE (2007), Conta Geral do Estado, República de Moçambique, Maputo, <https://www.mef.gov.mz/index.php/publicacoes/politicas/conta-geral-do-estado-cge>.

CGE (2008), Conta Geral do Estado, República de Moçambique, Maputo, <https://www.mef.gov.mz/index.php/publicacoes/politicas/conta-geral-do-estado-cge>.

CGE (2009), Conta Geral do Estado, República de Moçambique, Maputo, <https://www.mef.gov.mz/index.php/publicacoes/politicas/conta-geral-do-estado-cge>.

[cacoes/politicas/conta-geral-do-estado-cge](https://www.mef.gov.mz/index.php/publicacoes/politicas/conta-geral-do-estado-cge).

CGE (2010), Conta Geral do Estado, República de Moçambique, Maputo, <https://www.mef.gov.mz/index.php/publicacoes/politicas/conta-geral-do-estado-cge>.

CGE (2011), Conta Geral do Estado, República de Moçambique, Maputo, <https://www.mef.gov.mz/index.php/publicacoes/politicas/conta-geral-do-estado-cge>.

CGE (2012), Conta Geral do Estado, República de Moçambique, Maputo, <https://www.mef.gov.mz/index.php/publicacoes/politicas/conta-geral-do-estado-cge>.

CGE (2013), Conta Geral do Estado, República de Moçambique, Maputo, <https://www.mef.gov.mz/index.php/publicacoes/politicas/conta-geral-do-estado-cge>.

CGE (2014), Conta Geral do Estado, República de Moçambique, Maputo, <https://www.mef.gov.mz/index.php/publicacoes/politicas/conta-geral-do-estado-cge>.

CGE (2015), Conta Geral do Estado, República de Moçambique, Maputo, <https://www.mef.gov.mz/index.php/publicacoes/politicas/conta-geral-do-estado-cge>.

CGE (2016), Conta Geral do Estado, República de Moçambique, Maputo, <https://www.mef.gov.mz/index.php/publicacoes/politicas/conta-geral-do-estado-cge>.

CGE (2017), Conta Geral do Estado, República de Moçambique, Maputo, <https://www.mef.gov.mz/index.php/publicacoes/politicas/conta-geral-do-estado-cge>.

CGE (2018), Conta Geral do Estado, República de Moçambique, Maputo, <https://www.mef.gov.mz/index.php/publicacoes/politicas/conta-geral-do-estado-cge>.

CGE (2019), Conta Geral do Estado, República de Moçambique, Maputo,



- <https://www.mef.gov.mz/index.php/publicacoes/politicas/conta-geral-do-estado-cge>.
- CGE (2020), Conta Geral do Estado, República de Moçambique, Maputo, <https://www.mef.gov.mz/index.php/publicacoes/politicas/conta-geral-do-estado-cge>.
- CGE (2021), Conta Geral do Estado, República de Moçambique, Maputo, <https://www.mef.gov.mz/index.php/publicacoes/politicas/conta-geral-do-estado-cge>.
- CGE (2022), Conta Geral do Estado, República de Moçambique, Maputo, <https://www.mef.gov.mz/index.php/publicacoes/politicas/conta-geral-do-estado-cge>.
- CGE (2023), Conta Geral do Estado, República de Moçambique, Maputo, <https://www.mef.gov.mz/index.php/publicacoes/politicas/conta-geral-do-estado-cge>.
- CGE (2024), Conta Geral do Estado, República de Moçambique, Maputo, <https://www.mef.gov.mz/index.php/publicacoes/politicas/conta-geral-do-estado-cge>.
- Fosu, A. (2010). The external debt-servicing constraint and public expenditure composition in Sub-Saharan Africa. *African Development Review*, 22(3), 378–393.
- IESE. (2018). Mozambique: Diagnóstico económico e social. Maputo.
- Krugman, P. (1988). Financing vs. forgiving a debt overhang. *Journal of Development Economics*, 29(3), 253–268.
- Panizza, U., & Presbitero, A. (2014). Public debt and economic growth. *Journal of the European Economic Association*, 12(3), 1–37.
- PESOE, Proposta (2026). Proposta do Plano Económico Social e Orçamento do Estado 2026. <https://www.mef.gov.mz/index.php/publicacoes/politicas/plano-economico-e-social-e-orcamento-do-estado-pesoe>.
- Reinhart, C., & Rogoff, K. (2009). This time is different: Eight centuries of financial folly. Princeton University Press.
- Shabalala, G., Magazi, N., & Manamela, A. (2025). Ensuring debt sustainability for low-income countries. *Journal of Global Fiscal Policy*, 14(1), 77–95